







**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Continuidade Operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, nº 1.1 e 2.3, desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. Em 20 de setembro de 2021, a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - homologou o processo de cancelamento da autorização para funcionamento no mercado segurador, conforme Portaria SUSEP nº 7.847/2021. A Diretoria Executiva reportou a referida decisão ao CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, que considerando a edição da Portaria SUSEP nº 7.847/2021, determinou a adoção das devidas providências para a realização da Assembleia dos Acionistas para deliberar sobre dissolução e início do processo de liquidação da COESP, para o dia 1º de outubro de 2021. Em 1º de outubro de 2021, por meio de AGE - Assembleia Geral Extraordinária foi nomeado o Liquidante e eleitos os membros do Conselho Fiscal e destituído o Conselho Administração e a Diretoria, bem como aprovada a dissolução e início do processo de liquidação da Companhia, com fixação de prazo para sua extinção que deverá ocorrer em até 180 dias. A COESP elaborou um Plano de Liquidação, em observância às disposições contidas na Lei federal nº 6.404/1976, no artigo 66, da Lei estadual nº 17.293/2020, no Decreto estadual nº 64.418/2019 e nas orientações do CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, onde as principais ações a serem realizadas para liquidação da COESP são: i) Pagamento das apólices de seguros reativadas judicialmente - 46 segurados; ii) Transferência dos processos judiciais à PGE - Procuradoria Geral do Estado, ao final da Liquidação, na forma do artigo 8º, IV, §3º, do Decreto estadual nº 64.418/2019; iii) Encerramento e quitação dos contratos de prestação de serviços/fornecedores; iv) Encerramento dos contratos de trabalho e indenização dos empregados; v) Adoção das medidas necessárias para recuperação dos valores depositados em juízo favoráveis a COESP; vi) Reavaliação e registro contábil do valor do imóvel sede da COESP. O referido plano de liquidação foi aprovado pelo CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, conforme Ofício CODEC nº 148/2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Determinamos a materialidade de acordo com

o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião;

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis;
  - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
  - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo;
  - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
  - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
  - Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2022

 **Russell Bedford**  
taking you further

**RUSSELL BEDFORD GM**  
**Audidores Independentes S/S**  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**  
Contador 1 CRC/RS 71.505/O-3 T-SP  
Sócio Responsável Técnico

**Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP (Em Liquidação), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores Independentes Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, de 28 de janeiro de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2022.

Adriana Azevedo Pannunzio  
Eduardo Ribeiro Adriano  
Jaime Alves de Freitas  
José Benedito Priori  
Tzung Shei Ue



**COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - EM LIQUIDAÇÃO**

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

**cosep**  
seguros